

# VESSEL-LOG Cia. Brasileira de Navegação e Logística S.A.

CNPJ/MF nº 11.055.041/0001-00



## Mensagem da Administração

Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da VESSEL – LOG Cia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log” ou “Companhia”), submete à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabe-

lecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Vessel-Log é uma empresa que atua no segmento de cabotagem, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infra-estrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infra-estrutura na

área portuária e estamos confiantes na nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para os acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 25 de março de 2011

**A Administração**

Balanco patrimonial 31 de dezembro 2010 e 2009 (Em reais)			
Ativo	Notas	2010	2009
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.500	2.582.384
Adiantamentos a fornecedores		84.758	48.065
Outros créditos		38.491	4.955
		141.749	2.635.404
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	6	32.089.179	9.778.735
Intangível		67.681	-
		32.156.860	9.778.735
<b>Total do ativo</b>		<b>32.298.609</b>	<b>12.414.139</b>

### Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em reais)

**1. Informações sobre a Companhia** - Constituída em 27 de maio de 2009 como uma “Sociedade Anônima” de capital fechado, domiciliada no Brasil, a sede social da empresa está localizada na Rua das Olimpíadas, nº 1.402, São Paulo - SP a Companhia tem por objeto atuar nas seguintes atividades:

- Explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral;
- Exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços de logística e de mercadorias e administração de embarcações;
- Prestar serviços de transporte em geral;
- Exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados na legislação e regulamentos, sendo expressamente vedada qualquer alteração deste objeto;
- Serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes às suas atividades e das sociedades nas quais participa. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, fazendo os investimentos para melhoria e reforma da embarcação Maestra Mediterrâneo que prestará serviços de cabotagem. Em 31 de dezembro de 2010, a reforma da embarcação encontra-se em fase final, assim como a obtenção das licenças e certificações necessárias para entrar em operação. A previsão para início das atividades operacionais da Companhia é para o segundo trimestre de 2011. Em função de seu atual estágio pré-operacional, os aportes financeiros para a VESSEL-LOG tem sido de seus acionistas. A decisão dos acionistas é de manter estes aportes até que as operações atinjam o nível de geração de resultados positivos. A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2011.

**2. Políticas contábeis** - As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**2.1 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente** - (i) **Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração** - Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos entre partes relacionadas e recebíveis conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros créditos a receber. **Mensuração subsequente** - A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros ao custo amortizado** - Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. **Reconhecimento inicial e mensuração** - Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outros débitos. **2.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considera o relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.3 Imobilizado** - A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) a Companhia está em fase pré-operacional, com previsão de início de suas atividades no segundo trimestre de 2011, sendo que 99% do imobilizado registrado corresponde a reforma à embarcação e o restante ao bens utilizados na área administrativa. (ii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A embarcação é apresentada ao custo de aquisição. Os demais bens, como, máquinas, equipamentos de informática e móveis e utensílios são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	5 anos	10 anos
Móveis e Utensílios		
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. <b>2.4 Ativos Intangíveis</b> - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. <b>2.5 Caixa e equivalentes de caixa</b> - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. <b>2.6 Provisões - Geral</b> - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa		

relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - Provisões são constituídas, quando necessário, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.7 Prejuízo por ação** - A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. **2.8 Demonstração dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de despesas, ativos e passivos na base de dados das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas** - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. (i) **Valor justo de instrumentos financeiros** - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**4. Adoção inicial dos CPCs** - Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 27 de maio de 2009, data de constituição da Companhia e data da transição para os CPCs, que, no entanto, não houve ajustes a serem reconhecidos pelos novos CPCs, desta forma, a Companhia não apresenta o balanço patrimonial referente aos saldos de abertura. **Isenções adotadas** - O CPC 37 R permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia, com base em suas operações anteriores, efetuou análise de todas as isenções voluntárias permitidas e verificou que tais isenções não são aplicáveis e não impactam nas demonstrações financeiras na data da adoção inicial, desta forma, a Companhia não apresenta o balanço patrimonial referente aos saldos de abertura.

	2010	2009
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Disponibilidades	18.500	2.582.384
O saldo de disponibilidades está substancialmente representado por saldos disponíveis em contas correntes bancárias com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.		
<b>6. Imobilizado</b>		
	<b>Em construção</b>	<b>Em Utilização</b>
	<b>Equip. de Móveis e utens.</b>	<b>Total</b>
Custo		
Em 31/12/2009	9.778.735	9.778.735
Adições	22.206.453	15.615
Em 31/12/2010	31.985.188	15.615
	95.123	95.123
	22.317.191	32.095.926

Passivo	Taxa de Juros	Saldo Inicial	Captações	Impostos	Juros	Amortizações	Valores a pagar a partes relacionadas 2010
Mútuo com parte relacionada							
NTL – Navegação e Logística S.A.	CDI+3,75%aa	4.293.785	23.252.162	194.077	1.095.968	(13.466.042)	15.369.950

Em 2010, a Vessel recebeu mútuo da NTL – Navegação e Logística S.A., atualizado por 100% da variação do CDI, mais um spread de 3,75% a.a. O vencimento do contrato do mútuo é 2 de janeiro de 2011. **10. Patrimônio líquido** - a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era composto por 20.000.000 ações ordinárias nominativas emitidas com o valor de R\$ 1 cada (8.501.000 ações em 31 de dezembro de 2009), conforme demonstrado abaixo:

	2010	2009
	Ações	%
<b>Acionistas</b>		
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A	12.999.697	65
AEL – Administração de Empresas, Logística e Navegação	4.600.349	23
Marcus Aurélio Coelho	2.399.951	12
Outros acionistas	3	3
	20.000.000	100
	8.501.000	100

Em 30 de julho de 2010, o capital acionário autorizado foi aumentado em R\$11.499.000 através da emissão de 11.499.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada. **b) Reservas e retenção de lucros - Reserva legal** - A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei societária. **Reserva de retenção de lucros** - É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital aprovado pela administração da Companhia, de acordo com o artigo 196 da Lei societária. **Dividendos** - os acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **11. Despesas gerais e administrativas**

	2010	2009
Despesas com viagens	(691.897)	
Serviços de consultorias diversas	(419.442)	(236.094)
Despesas com folha de pagamento	(321.108)	
Manutenção de equipamentos	(207.301)	(21.113)
Serviços de transporte marítimo	(164.644)	
Aluguel de imóveis	(153.883)	
Gastos com telefone	(90.547)	(4.218)
Outras despesas	(387.158)	(124.934)
Total das despesas gerais e administrativas	(2.435.980)	(386.359)

**12. Despesas financeiras** - As despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram como segue:

	2010	2009
Atualização monetária sobre mútuo	(1.117.469)	
IOF	(187.457)	
Outras despesas financeiras	(47.986)	(1.820)
Total das despesas financeiras	(1.352.912)	(1.820)

**13. Remuneração dos administradores** - As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidas como segue:

	2010	2009
Benefícios de curto prazo a empregados (a) Honorários	(51.615)	
Encargos sociais	(9.671)	
	(61.286)	

**a) Benefícios de curto prazo:** Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS). **b) Outros** - A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. **14. Prejuízo por ação** - O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) líquido por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

	2010	2009
Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia em reais	(3.835.300)	(388.179)
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	13.292.250	2.125.667
Resultado básico e diluído por ação em reais	(0,289)	(0,183)

Em 2010 e 2009, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. **15. Instrumentos financeiros** - A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2010 e 2009, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo de todo o exercício. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros,

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **VESSEL-LOG Cia. Brasileira de Navegação e Logística S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da VESSEL-LOG Cia. Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. - Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em reais)			
	Notas	2010	2009
Despesas gerais e administrativas	11	(2.435.980)	(386.359)
Depreciação		(6.746)	-
Remuneração dos administradores	13	(61.286)	-
Prejuízo operacional antes das receitas e despesas financeiras		(2.504.012)	(386.359)
Receitas financeiras		21.624	-
Despesas financeiras	12	(1.352.912)	(1.820)
Resultado financeiro líquido		(1.331.288)	(1.820)
Prejuízo do exercício		(3.835.300)	(388.179)
Prejuízo por ação básico e diluído – R\$	16	(0,289)	(0,183)

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do outros resultados abrangentes.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em reais)					
	Nota	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2009		8.501.000	(75.090)	(388.179)	8.037.731
Emissão de ações		11.499.000	-	-	11.499.000
Prejuízo do exercício		-	-	(3.835.300)	(3.835.300)
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>10</b>	<b>20.000.000</b>	<b>(75.090)</b>	<b>(4.223.479)</b>	<b>15.701.431</b>

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em reais)				
		2010	2009	
Atividades operacionais				
Prejuízo do período		(3.835.300)	(388.179)	
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa				
Depreciação		6.746	-	
Juros com mútuos		1.095.968	-	
Impostos sobre mútuos		194.077	-	
Aumento em contas de adiantamentos e outros valores a receber		(70.229)	(53.020)	
Variações em fornecedores		520.821	49.013	
Obrigações sociais e trabalhistas		645.712	-	
Impostos e contribuições a pagar		(32.739)	33.500	
Variações em outros passivos		10.812	110	
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades operacionais		(1.464.132)	(358.576)	
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(22.317.191)	(2.678.735)	
Aquisição ativo intangível		(67.681)	-	
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(22.384.872)	(2.678.735)	
Atividades de financiamento				
Captação de mútuo		23.252.162	5.618.695	
Amortizações de mútuo		(13.466.042)	-	
Integralização de capital		11.499.000	1.000	
Fluxo de caixa líquido originado de atividades de financiamento		21.285.120	5.619.695	
Diminuição líquido de caixa e equiv. de caixa		(2.563.884)	2.582.384	
Caixa e equiv. de caixa em 31/12/2009		2.582.384	-	
Caixa e equiv. de caixa em 31/12/2010		18.500	2.582.384	

**Depreciação**  
Em 31/12/2009 - - - - -  
Despesa de deprec. no exercício - (751) (5.996) (6.747)  
Em 31/12/2010 - - - - - (751) (5.996) (6.747)  
Valor residual líquido:  
Em 31/12/2010 31.985.188 14.864 89.127 32.089.179  
Em 31/12/2009 9.778.735 - - - 9.778.735  
Taxas de depreciação 20% 10%  
As adições no exercício referem-se à reforma e melhorias executadas no Navio Maestra Mediterrâneo, sendo que o início da depreciação ocorrerá a partir da entrada do bem em operação com base em taxas de vida útil para a embarcação. A depreciação registrada refere-se apenas a depreciação de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e móveis e utensílios utilizados na área administrativa da Companhia.

**7. Fornecedores**  
Fornecedores 569.834 49.013  
As contas a pagar a fornecedores não rendem juros e são geralmente liquidadas em prazos de 30 dias. **8. Obrigações sociais e trabalhistas** - Os saldos de obrigações sociais e trabalhistas a pagar são assim compostos:  
2010 2009  
Férias e encargos 211.806 212.988  
INSS a recolher 101.086 -  
IRRF a recolher 79.438 -  
FGTS a recolher 30.619 -  
Outras obrigações 9.775 645.712

**9. Partes relacionadas** - As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares àquelas, quanto a prazos, preços e condições,